

Fundamentos do Serviço Social: a “questão social” no centro do debate

Fundamentals of Social Work:
the “social question” at the center of the debate

Ana Carolina do Nascimento Rodrigues*  

Resumo: O texto tem como objetivo realizar um resgate teórico acerca da “questão social”, partindo do pressuposto de que a mesma tem um lugar central na compreensão dos fundamentos do Serviço Social sob uma abordagem histórico-ontológica. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica, por meio da qual nos debruçamos sobre o que grandes estudiosos vêm debatendo sobre a “questão social”. Retomamos a essência da “questão social” compreendida a partir da Lei Geral da Acumulação Capitalista, passamos por algumas das características da formação sócio-histórica brasileira e sobre as configurações da “questão social” no Brasil, e ainda sobre as transformações societárias, que alteram as expressões da “questão social” na atualidade. Trazemos nossas reflexões sobre como o Estado, via políticas sociais, responde a esse fenômeno e quais as relações entre a profissão e a “questão social”. Concluímos que o pensamento marxista é o único capaz de desvelar essa dinâmica.

Palavras-chaves: Fundamentos do Serviço Social; Questão social; Serviço Social.

Abstract: This text aims to provide a theoretical overview of the "social question," assuming that it plays a central role in understanding the foundations of Social Work from a historical-ontological perspective. The methodology used was a bibliographical review, through which we delve into the debates of leading scholars on the "social question." We revisit the essence of the "social question" as understood from the General Law of Capitalist Accumulation, examine some of the characteristics of Brazil's sociohistorical formation, and explore the configurations of the "social question" in Brazil. We also explore societal transformations that are altering the expressions of the "social question" today. We present our reflections on how the State, through social policies, responds to this phenomenon and the dialectical relationships between the profession and the "social question." We conclude that Marxist thought is the only one capable of unveiling this dynamic.

Keywords: Fundamentals of Social Work; Social question; Social Work.

* Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: ananascimento.rodrigues@estudante.ufjf.br

Introdução

Segundo Guerra e Batista (2021), a “questão social” se põe na agenda de pesquisa para o Serviço Social a partir da aprovação das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) em 1996. Essa novidade na direção da formação profissional representa o legado crítico do Processo de Renovação da profissão¹. Junto de outros marcos normativos importantes como a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/1993) e o Código de Ética Profissional do ano de 1993, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS expressam o amadurecimento e a consolidação do Projeto Ético-Político de vertente marxista como hegemônico no Serviço Social Brasileiro. No referido documento, a “questão social” aparece como fundamento básico para a existência do Serviço Social (ABEPSS, 1996).

Entretanto, a expressão “questão social” pode possuir sentidos diversos a depender do campo teórico em que se baseia (Netto, 2001), e mesmo entre autores do campo marxista, a concepção sobre a relação entre “questão social” e Serviço Social pode apresentar diferentes pontos de vista, aparecendo “como eixo fundante da profissão, como seu objeto/matéria prima, âmbito de intervenção e/ou como uma categoria teórica explicativa” (Guerra; Batista, 2021, p. 184). Tal diversidade marca a importância e a sutileza do debate.

A obra de Iamamoto e Carvalho (2014), originalmente publicada em 1982 é um marco na produção de conhecimento na área do Serviço Social brasileiro visto que inaugura a aproximação teórica da profissão com a tradição marxista. Os autores fundamentam sua análise nas categorias explicitadas por Marx para a compreensão da sociedade capitalista e desvendam o surgimento do Serviço Social nesta sociabilidade. Ao tratarem da dinâmica da sociedade capitalista, fundamentalmente vão à exploração da classe trabalhadora pela burguesia, sem a qual não é possível explicar as relações sociais no capitalismo. Tal exploração não ocorre sem contradições e, portanto, tais relações também são marcadas pelo elemento da luta de classes,

¹ Em meados da década de 1960, impulsionado pelo Movimento de Reconcepção da América Latina, o Serviço Social brasileiro iniciou seu Processo de Renovação, que não se deu de forma homogênea, mas foi atravessado por diferentes perspectivas. Em um bloco, duas vertentes que, de forma geral, defendiam uma modernização técnica da profissão sem questionar as suas bases conservadoras e o seu reforço à manutenção da sociabilidade do capital. Em contraponto a este bloco, havia a perspectiva da Intenção de Ruptura, que trouxe o questionamento das bases teórico-práticas da profissão, a aproximação com a teoria social crítica de Marx e inserção de parte da categoria em movimentos sociais e sindicais. É na década de 1980 que a Intenção de Ruptura se fortalece na academia e começa a se expandir para a base da categoria profissional, o que só foi viável porque é nesse período que o regime ditatorial entra em decadência e é iniciado o processo de redemocratização no país. Nessas circunstâncias, o coletivo da categoria, através de suas entidades representativas, passou a repensar o projeto profissional do Serviço Social e gestou-se o chamado Projeto Ético-Político, que se relaciona com a superação da ordem do capital e para tanto, deve disseminar os valores necessários à construção de uma nova sociabilidade, como: democracia, liberdade e justiça social (Netto, 1991).

que se expressa por meio da “rebeldia”, traduzida como a organização política do proletariado. A dinâmica aqui exposta nos oferece os fundamentos para a compreensão da “questão social”, conceito que não foi elaborado por Marx, mas que expressa um movimento da realidade que só é passível de desvelamento através de sua teoria.

Santos (2010) parte da análise de Iamamoto e Carvalho (2014) para apontar uma lacuna existente na produção teórica do Serviço Social nas décadas seguintes. A tese da autora demonstrou a necessidade de aprofundar a abordagem no que se referia às particularidades históricas da formação social brasileira na constituição da nossa “questão social”.

Tendo em vista o exposto, este artigo tem como objetivo a realização de um resgate teórico acerca da “questão social”, pensando os processos sócio-históricos que a colocam como fundamento do Serviço Social. Para isto, o trabalho foi organizado da seguinte maneira: na presente *introdução*, demarcamos a relevância do debate acerca da “questão social” para o Serviço Social, situando a heterogeneidade no que se refere à utilização da expressão; no tópico intitulado *A dinâmica universal da “questão social*, apresentamos elementos históricos sobre o surgimento da expressão “questão social”, sua dinâmica universal explicitada por Marx na Lei Geral da Acumulação Capitalista; o tópico seguinte - *As novas configurações da “questão social” e seu debate na contemporaneidade* - aborda, de forma sintética, algumas características da “questão social” na realidade brasileira, tendo em vista as particularidades de nossa formação sócio-histórica e as transformações societárias operadas como respostas à crise estrutural do capital das últimas décadas e seus rebatimentos na “questão social”, assim como na disputa ideológica acerca de seu significado; o último tópico recebe o nome *As relações entre a “questão social”, política social e Serviço Social*, e pretende apontar como a “questão social” mediatizada pelas políticas sociais do Estado burguês no capitalismo monopolista cria a necessidade social para o surgimento e desenvolvimento da profissão, além de oferecermos algumas reflexões sobre estas relações na atualidade; por último, trazemos nossas *considerações finais*, onde reafirmamos a necessidade de aprofundamento teórico acerca do método materialista histórico-dialético, das particularidades sócio-históricas do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e do trato dado à “questão social” pelo Estado, que rebate na apreensão do fenômeno pela categoria de Assistentes Sociais - que tem na “questão social” a base de justificativa para a existência da profissão.

Demarcamos aqui que não temos como objetivo esgotar o tema, que sabemos ser complexo e de extrema relevância para o Serviço Social brasileiro. Intencionamos, tão somente, apresentar uma revisão bibliográfica sobre a “questão social” articulada a algumas reflexões

sumárias que realizamos sobre sua preponderância no que se refere aos estudos dos fundamentos do Serviço Social.

A dinâmica universal da “questão social”

Segundo Netto (2001), a expressão “questão social” surgiu aproximadamente na terceira década do século XIX para dar conta de explicitar o inédito fenômeno do pauperismo, que havia se tornado evidente com os efeitos da Primeira Revolução Industrial na Inglaterra ao final do século XVIII. “Pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas” (Netto, 2001, p. 42). Ainda segundo Netto (2001), a partir da segunda metade do século XIX, a expressão “questão social” ganha notoriedade no campo do pensamento conservador. Tal fato guarda relação com a Revolução de 1848 e a perda do caráter progressista da burguesia. A necessidade de conservação da ordem burguesa frete ao proletariado, que faz a passagem de classe em si à classe para si, - apresentando-se como protagonista do seu próprio projeto societário - leva a burguesia à utilização de repressão e à disseminação de sua ideologia dominante, que coloca empecilhos ao desvelamento da realidade (Guerra; Batista, 2021).

Para Guerra e Batista (2021, p. 183), “Transformaram todos os processos em uma mera abstração, e ao fazê-lo, os economistas modernos não explicitam a contradição das relações reais, mas a eternizam”. A partir disso, os intelectuais burgueses passam a pensar sociedade e economia de forma desconectada, o que impede a compreensão da relação entre o desenvolvimento capitalista e o pauperismo. Desta forma, a “questão social” é vista de forma natural, como inerente a qualquer modo de produção ou ainda como um “problema” individual, passível de ação moralizadora. Sob ambos os pontos de vista, a gênese da “questão social” é mistificada, o que contribui para a conservação da sociedade capitalista.

Neste mesmo cenário, com o proletariado organizado politicamente, a classe trabalhadora compreendeu que a “questão social” tem origem na sociedade burguesa e só pode ser extinta a partir de sua supressão. É então que o pensamento revolucionário passa a apreender o traço conservador da expressão “questão social” e a utilizá-la apenas apontando este elemento mistificador (Netto, 2001). Contudo, o que Netto (2001, p. 45) aponta é que somente em 1867 com a publicação do primeiro volume de “O Capital”, é que se alcança a compreensão teórica “do complexo de causalidades da ‘questão social’”. Tornou-se possível então, desvendar a dinâmica da “questão social” para além de sua aparência mais imediata, o pauperismo. Esse desvendamento se dá no capítulo que trata da “Lei Geral da Acumulação Capitalista”, na qual

Marx explicita a lógica da exploração contida na relação entre capital e trabalho como traço constitutivo do capitalismo.

Quanto ao pauperismo, Marx (2023, p. 470-471), afirma:

O sedimento mais baixo da superpopulação relativa habita, por fim, a esfera do pauperismo [...] O pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército trabalhador ativo e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e juntos eles formam uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza. [...] Quanto maior forem as camadas lazarentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista.

Santos (2010, p. 126) resume bem este movimento exposto por Marx na seguinte passagem:

A incorporação pelos capitalistas das inovações tecnológicas, tendo em vista o aumento da produtividade do trabalho social e diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário à produção de mercadorias, produz um movimento simultâneo de aumento de capital constante e diminuição do capital variável, empregado na força de trabalho.

Ao revelar essa dinâmica, Marx (2023) explicita como o desenvolvimento da acumulação capitalista produz uma população trabalhadora excedente, o exército industrial de reserva. População que se torna recurso indispensável ao funcionamento do capital, uma vez que “Toda a forma de movimento da indústria moderna deriva, portanto, da transformação constante de uma parte da população trabalhadora em mão de obra desempregada ou semiempregada” (Marx, 2023, p. 463). Essa população supérflua - que se evidencia na aparência fenomênica do pauperismo - atua de forma a pressionar para baixo os salários dos trabalhadores ativos e manter suas precárias condições de trabalho. Entretanto,

599

Tão logo os trabalhadores desvendam, portanto, o mistério de como é possível que, na mesma medida em que trabalham mais, produzem mais riqueza alheia, de como a força produtiva de seu trabalho pode aumentar ao mesmo tempo que sua função como meio de valorização do capital se torna cada vez mais precária para eles; tão logo descobrem que o grau de intensidade da concorrência entre eles mesmos depende inteiramente da pressão exercida pela superpopulação relativa; tão logo, portanto, procuram organizar, mediante trade's unions etc., uma cooperação planificada entre empregados e os desempregados com o objetivo de eliminar ou amenizar as consequências ruinosas que aquela lei natural da produção capitalista acarreta para sua classe, o capital e seu sicofanta, o economista político, clamam contra a violação da “eterna” e, por assim dizer, “sagrada” lei da oferta e demanda (Marx, 2023, p. 468).

Marx (2023) parte da análise histórica da realidade para demonstrar que a exploração não ocorre sob o proletariado de forma passiva, mas que ao tomar consciência desta dinâmica, a classe trabalhadora se organiza, de modo a tensionar a correlação de forças que se desenha.

Todo este movimento do real, expresso na Lei Geral da Acumulação Capitalista, serve como base universal para pensar a “questão social”, entretanto é necessário também estudar as particularidades históricas e nacionais para a análise do fenômeno (Netto, 2001).

As novas configurações da “questão social” e seu debate na contemporaneidade

Ianni (1989) é uma referência ímpar para analisarmos a “questão social”, que segundo ele “reflete disparidades econômicas, políticas e culturais, envolvendo classes sociais, grupos raciais e formações regionais. Sempre põe em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal” (Ianni, 1989, p. 145). O autor aponta a existência da “questão social” no Brasil já no período da escravidão, quando os escravizados eram expropriados do produto de seu trabalho e de si mesmos, ao que só podiam resistir através do suicídio, rebelião na senzala, fuga, formação de quilombos.

Gonçalves (2018, p. 515) nos mostra que no pós-escravidão “O Estado brasileiro não implementou políticas que impulsionassem a inclusão destes(as) no universo da cidadania”, o que resultou na não integração dos ex-escravizados ao proletariado que se constituía, nem mesmo enquanto exército industrial de reserva. O discurso racista que orientou esta segregação foi de que os negros não dispunham das qualidades e qualificações necessárias para o erguimento da sociedade capitalista. A política migratória patrocinada pelo Estado brasileiro é parte da estratégia de branqueamento da população. Logo, a questão racial é constitutiva da “questão social” no Brasil e uma não é suprimível sem a supressão da outra (Gonçalves, 2018).

Na emergência do estatuto do trabalho livre, coloca-se explicitamente, pelo proletariado que então se formava, a “questão social” na cena pública brasileira por meio das lutas sociais que reivindicavam melhores condições de vida e trabalho. Pela via estatal, passa-se então a combinar medidas de repressão com algumas concessões reformistas, visando controlar qualquer possibilidade de revolução (Ianni, 1989). Diante desta realidade, os caminhos tomados para “tratar” a “questão social” passam por naturalização, ações no âmbito da assistência social estatal, pedagogia do trabalho² e criminalização (Ianni, 1989). Caminhos estes que se combinam ao longo da história e que, em última instância, são funcionais à lógica burguesa.

² “Para muitos, a questão social diz respeito ao trabalho produtivo exigido pela economia de mercado, à reprodução progressivamente diversificada de capital. Desde o declínio do regime escravista, começou a redefinição do trabalho, como necessário e produtivo, no sentido de produzir mercadoria e lucro, de ser indispensável à vida do indivíduo e da sociedade. [...] Além dos governantes e dos porta-vozes dos setores dominantes, vários intelectuais dedicam-se a fazer apologia ao trabalho. Os novos tempos exigem a pregação sobre o trabalho, como atividade dignificante. Trata-se de combater a preguiça, a leseira, tristeza, luxúria” (Ianni, 1989, p. 152).

Vejamos como a “questão social” vem se desdobrando na contemporaneidade e, em que medida os debates em seu entorno e as respostas oferecidas corroboram com tais caminhos.

Iamamoto (2014) faz um resgate das determinações históricas que redimensionam a “questão social” na contemporaneidade e para isso analisa a mundialização e financeirização da economia³. Segundo a autora:

O que é obscurecido nessa nova dinâmica do capital é o seu avesso: o universo do trabalho - as classes trabalhadoras e suas lutas -, que cria riqueza para outros, experimentando a radicalização dos processos de exploração e expropriação. As necessidades sociais das maiorias, a luta dos trabalhadores organizados pelo reconhecimento de seus direitos e suas reparações nas políticas públicas [...] sofrem uma ampla regressão na prevalência do neoliberalismo, em favor da economia política do capital. Em outros termos, tem-se o reino do capital fetiche na plenitude de seu desenvolvimento e alienação (Iamamoto, 2014, p. 107).

A mundialização e financeirização da economia ocorrem através da fusão entre instituições financeiras e industriais, que passam a centralizar a acumulação de capital. O que a autora denomina como capital fetiche é a ideia que a esfera das finanças é capaz de criar lucro, o qual não existe sem a extração de mais-valia. Essa dominação das finanças só é possível com o suporte dos Estados nacionais, que asseguram as condições necessárias para a exploração dos países centrais sobre os de capitalismo periférico. Segundo Iamamoto (2014, p. 111),

O capital internacionalizado produz a concentração de riqueza, em um polo social (que é, também, espacial) e, noutro, a polarização da pobreza e da miséria, potenciando exponencialmente a lei geral da acumulação capitalista, em que se sustenta a *questão social*.

601

Essa dinâmica explica o aumento do desemprego crônico, o aprofundamento da precarização e da flexibilização das condições e relações de trabalho e o sucateamento das políticas sociais (Iamamoto, 2014).

O fio condutor proposto por Iamamoto (2014) é de que o processo de financeirização e mundialização da economia está no centro de processos que vêm sendo tratados de forma autônoma, como: a contrarreforma do Estado, a reestruturação produtiva, a “questão social”, a ideologia neoliberal e o pensamento pós-moderno. Para ela, é fundamental apontar tais conexões, inclusive para clarificar o entendimento de que esse momento do capitalismo traz novidades que redimensionam a “questão social”, trazendo novas configurações, mas não alteram sua estrutura. Dessa forma, entende que não é possível falar em uma “nova questão social” ou “questões sociais” autônomas entre si. Reafirma que a gênese da “questão social” está na dinâmica exposta na Lei Geral da Acumulação Capitalista. Embora reconheça as

³ Não seria possível, nos limites deste artigo, descrever todo esse complexo processo, que aparece de forma aprofundada na obra de Iamamoto (2014, p. 116-118).

transformações econômicas, regionais e culturais das últimas décadas que produzem alterações na forma da “questão social”, é categórica na compreensão de que elas não alteram seu conteúdo.

Na contramão do que explicita Iamamoto (2014) acerca das transformações societárias acima descritas, está o debate francês sobre a “questão social” - largamente incorporado no discurso institucional brasileiro -, representado por Castel (1998) e Rosanvallon (1998). Castel (1998) interpreta a “nova questão social” a partir do enfraquecimento da condição salarial advinda da “perda da centralidade do trabalho”, que ele concebe como fundamento da cidadania. Ao tratar da precarização do emprego e do desemprego, Castel (1998), aponta a existência dos supranumerários e comprehende a partir do pensamento de Durkheim, que estes estão desintegrados da sociedade, cabendo ao Estado o papel de fiador da “coesão social” via políticas sociais.

Para Rosanvallon (1998, p. 23), “Os fenômenos atuais da exclusão não se enquadram nas antigas categorias da exploração do homem. Assim surgiu uma “nova questão social”, fenômeno que também teria na “coesão social”, via Estado, a sua resposta. Isso demarca que sua análise também se encontra no campo teórico do positivismo. Aponta a “inserção social” pela via do trabalho como um direito que deveria prevalecer em detrimento de um direito à renda. Além disso, argumenta sobre a necessidade de condicionalidades para aqueles que recebem assistência social estatal. Através dessa lógica defende a não remuneração da exclusão. Em suma, concebe a crise do Estado Providência⁴ como uma crise de valores. A solidariedade, enquanto um valor, seria uma forma de compensar as “desigualdades naturais” através da distribuição.

Não é nosso objetivo nos aprofundarmos nos escritos de Castel (1998) e Rosanvallon (1998) sobre a “questão social”, apenas trouxemos os principais pontos de suas análises para demarcar que ainda hoje existem disputas em campos teóricos divergentes sobre o significado da expressão “questão social”. Isto não é secundário, uma vez que o pensamento dos referidos autores penetra nas políticas sociais brasileiras, em especial na política de Assistência Social. Sem a pretensão de simplificar o debate dos autores ou de igualá-los, o que podemos apreender é que ambos analisam a sociedade a partir da teoria social de Durkheim, o positivismo. Não

⁴ Apresentamos um trecho do prefácio escrito por Lúcio Alcântara na edição brasileira do livro “A Nova Questão Social” (Rosanvallon, 1998) onde ele traz as palavras do próprio Rosanvallon para explicar a relação entre o Estado Providência e a social-democracia “Baseia-se na ideia de compromisso social, ligando o Estado, o patronato (o capital) e os sindicatos (a classe operária). A classe operária aceita não contestar as relações de produção (a propriedade privada) em troca de um Estado social redistributivo e da existência de um sistema ativo de negociações sociais” (Rosanvallon, 1998, p. 12).

possuem como objetivo trazer reflexões que possam contribuir com a ultrapassagem do modo de produção capitalista. Ao contrário, propõem ações nesta que entendem ser a sociedade possível, contribuindo para a sua conservação. Ao falarem em “nova questão social”, compreendem que as transformações ocorridas no mundo do trabalho criam um novo “fato social”. Não compreendem que a dinâmica exposta por Marx na Lei Geral da Acumulação Capitalista se reatualiza em novos cenários e momentos, mas não perde sua essência.

Santos (2010) traz uma crítica importante sobre a incorporação do debate francês para pensar a “questão social” no Brasil, afirmando que tal incorporação desconsidera as particularidades do capitalismo brasileiro. Como exemplo, a autora aborda o debate de Castel (1998) sobre o fim da sociedade salarial, modelo que nunca chegou a ocorrer no Brasil. A autora propõe uma análise sobre as particularidades da “questão social” no Brasil sob a ótica do desemprego, tendo em vista “a centralidade do trabalho como elemento fundante da sociabilidade” (Santos, 2010, p. 130). Para isto caracteriza alguns fenômenos da formação sócio-histórica brasileira.

Um destes fenômenos é o caráter conservador da modernização capitalista no Brasil, como exemplo, Santos (2010) cita o latifúndio, que tem sua origem no Brasil Colônia, mas acaba sendo refuncionalizado dentro da dinâmica capitalista brasileira. Nas palavras da autora:

Por mais que o desenvolvimento capitalista posteriormente operado no país tenha possibilitado o ingresso na fase de industrialização pesada, o mesmo não implicou qualquer alteração significativa em relação à estrutura fundiária. Seus impactos podem ser observados na transformação na base produtiva da agricultura brasileira, pautada por processos de modernização que, incentivados pelos fortes mecanismos creditícios públicos, disponíveis aos grandes proprietários, consolidaram, com base no latifúndio, as chamadas agroindústrias. [...] A modernização do agronegócio se faz, no entanto, sob a mesma base sócio-política (a grande propriedade territorial) e com a mesma debilidade da modernização industrial (importando tecnologia e insumos), o que caracteriza, na atualidade uma espécie de “volta ao passado” (Santos, 2010, p. 133).

603

Outro aspecto abordado por Santos (2010) acerca do caráter conservador da modernização capitalista no Brasil é a dependência de países partícipes da “rota de transferência de tecnologia e dos acordos de cooperação tecnológica” (Santos, 2010, p. 135), da qual o país não faz parte. Aponta ainda, a clássica exclusão das camadas populares nos processos de decisão política do país, conforme também aparece em Ianni (1989). A estratégia se dá pela “antecipação das classes dominantes aos movimentos reais ou potenciais das classes subalternas” (Santos, 2010, p. 136). Conectado a isto está o papel do Estado brasileiro, imbuído de interesses burgueses, que atua “no sentido de garantir as condições para o elevadíssimo grau

de exploração da força de trabalho” (Santos, 2010, p. 138), mas também na garantia de subsídios em todas as fases de desenvolvimento até a consolidação do capitalismo monopolista.

Um elemento primordial na análise de Santos (2010) é que a precarização do trabalho e o desemprego não são problemáticas que surgem no Brasil com a entrada do modelo de acumulação flexível, como resposta à crise do capitalismo mundial. Para a autora:

Se a flexibilidade e precariedade costumam aparecer ligadas à fase de acumulação flexível do capital, no Brasil, não se pode considerá-las sem que sejam, antes, situadas como características do “fordismo à brasileira”: o desemprego enquanto expressão da “questão social” adquire o caráter de desemprego estrutural na economia brasileira desde que o capitalismo retardatário completa seu ciclo, no auge da “industrialização pesada” (Santos, 2010, p. 145).

Dito isto, Santos (2010) não nega que acumulação flexível, neoliberalismo e financeirização tenham rebatimentos importantes nas demandas relacionadas à “questão social” no Brasil e no desemprego, enquanto expressão da “questão social”. O que chama a atenção em sua análise é para que não se caia na superficialidade de considerar a realidade dos países centrais como universal, ignorando as mediações referentes às particularidades do desenvolvimento do capitalismo em nossas terras e, por conseguinte, da “questão social” no Brasil. Todavia, defende que “se manifesta na atualidade uma extensão e aprofundamento da flexibilidade estrutural do mercado de trabalho, estendendo-a a outros aspectos além da flexibilidade quantitativa dos empregos, expressa na alta rotatividade da mão-de-obra” (Santos, 2010, p. 146).

Segundo Iamamoto (2014, p. 123):

O resultado desse processo tem sido o agravamento da exploração e das desigualdades sociais dela indissociáveis, o crescimento de enormes segmentos populacionais excluídos do “círculo da civilização”, isto é, dos mercados, uma vez que não conseguem transformar suas necessidades sociais em demandas monetárias. As alternativas que lhes restam, na ótica oficial, são a “violência e a solidariedade”.

Diante desta conjuntura, Pereira (2001) traz uma provocação importante sobre o uso da expressão “questão social” na atualidade. A autora problematiza que tem sido comum tomar a “questão social” como a contradição entre capital e trabalho, desconsiderando a luta de classes enquanto um de seus elementos constitutivos. Sua tese é de que na contemporaneidade, a classe trabalhadora não vem disposta das condições necessárias para explicitar politicamente os “problemas” pulverizados que enfrenta como uma questão que possui uma raiz comum. Aponta ainda que da forma fragmentada como se apresentam, tais reivindicações não são suficientes para pôr em xeque a ordem burguesa na direção de um projeto contra-hegemônico.

Portanto, por falta de forças sociais com efetivo poder de pressão para fazer

incorporar na agenda pública problemas sociais ingentes, com vista ao seu decisivo enfrentamento, entendo que temos pela frente não propriamente uma “questão social” explícita, mas uma incômoda e complicada “questão social” latente, cuja explicitação acaba por tornar-se o principal desafio das forças progressistas (Pereira, 2001, p. 52).

No próximo item, traremos os elos que se formam entre a “questão social”, política social e Serviço Social no surgimento da profissão e na conjuntura ora explicitada.

As relações entre a “questão social”, política social e Serviço Social

Nas palavras de Iamamoto e Carvalho (2014, p. 83-84),

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento pelo Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão. O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através de legislação social e trabalhista específicas, mas gerindo a organização e prestação dos serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social.

Tal conceituação é necessária para compreender porque os autores afirmam ser a “questão social” a base de justificação para o Serviço Social. É por meio das políticas sociais que são criadas pelo Estado no capitalismo monopolista como respostas às expressões da questão social que surge a necessidade de profissionais especializados para atuar nelas, entre os quais, Assistentes Sociais. Desta forma, Iamamoto e Carvalho (2014) pontuam que o surgimento e desenvolvimento da profissão é mediatisado pelas políticas sociais estatais e serviços sociais ofertados pela classe dominante, nos quais Assistentes Sociais se inserem enquanto trabalhadores assalariados. Guerra (2004, p. 26-27), afirma que

605

a ontologia de Marx permite consubstanciar a compreensão da profissão como produto histórico e, como tal, auto-implicado no processo histórico. É história social, resultado da ação dos homens na produção e reprodução da sua vida material e espiritual, tendo no trabalho a forma primária de manifestação da vida, que funda o chão no qual a profissão irá se desenvolver.

Para Netto (1996, p. 22) este chão é sedimentado a partir da fase monopolista do capitalismo em que “a preservação e o controle contínuos da força de trabalho, ocupada e excedente, é uma função estatal de primeira ordem”. Logo, as políticas sociais no capitalismo monopolista não nascem isentas de contradições, ao mesmo tempo em que são o resultado da luta da classe trabalhadora por melhores condições de vida e trabalho, também são uma estratégia do Estado e da burguesia para atuar no controle do proletariado, pois contribuem para a reprodução material e ideológica da força de trabalho (Iamamoto; Carvalho, 2014). Uma vez

que o Serviço Social se institucionaliza principalmente neste espaço, essa contradição também marca a profissão.

A intervenção estatal sobre a “questão social” via políticas sociais ocorre de forma fragmentada e parcializada, pois esta é a única forma possível do Estado burguês oferecer respostas à “questão social” sem colocar em risco a ordem burguesa (Netto, 1996). Desvendar que as mazelas vivenciadas pela classe trabalhadora têm origem em um único fenômeno, a “questão social”, seria assumir a exploração do trabalho pelo capital. Ao dar respostas parcializadas, ocultando a gênese da “questão social”, o Estado burguês atende a algumas reivindicações da classe trabalhadora na direção da produção de consenso. Além disso, garante que os trabalhadores ativos e o exército de reserva se mantenham vivos e operando em condições favoráveis à dinâmica capitalista.

No que tange ao Serviço Social e sua relação com a “questão social”, Pereira (2001, p. 58) sugere que apesar de ser este “o foco privilegiado de interesse científico e político” da profissão, o conceito não está suficientemente claro para a categoria. Tal constatação apresenta um problema fundamental para o Serviço Social brasileiro, a quem a autora faz a provocação de somar-se a outras profissões de conteúdo social para contribuir com a desnaturalização da “questão social”, que “pela sua natureza (como expressão) não possui poder explicativo” (Guerra; Batista, 2021, p. 185). Sem a explicitação da dinâmica - em que o proletariado seja protagonista na construção de um projeto societário que leve à supressão da “questão social” - que se esconde atrás dessa expressão, a utilização indiscriminada do termo serve apenas à conservação da ordem do capital.

Gonçalves (2018) traz um dado fundamental para a qualificação do debate sobre a “questão social” no Brasil pelo Serviço Social. Afirma a adesão da profissão, em seu surgimento, às políticas sociais eugenistas e higienistas do Estado brasileiro à época, movimento que demarca a vinculação às ideias da classe dominante. A autora aponta que a herança do período escravocrata, que esteve presente no início da profissão, se mantém na atualidade por meio da naturalização da miséria, segundo ela “Suspeita-se da índole dos(as) trabalhadores(as) negros(as) e não das desigualdades de classes” (Gonçalves, 2018, p. 520). Com isso, a autora explicita que a questão racial é nuclear para a compreensão da “questão social” no Brasil e que o Serviço Social brasileiro não pode se furtar dessa compreensão e da contribuição para o tensionamento da correlação de forças onde dominam os grandes sistemas de opressão: capitalismo e racismo.

Guerra (2018) revela tendências a serem enfrentadas no ensino em Serviço Social para a formação de Assistentes Sociais verdadeiramente críticos, cientes de qual dinâmica a

expressão “questão social” designa - enquanto base de fundação da profissão - e, principalmente, aptos a intervir na realidade com o objetivo de alterá-la. Uma das tendências apontadas pela autora é o teoricismo, que representa a inclinação de compreender que a apropriação do referencial teórico marxista (por si só) seria suficiente para formar Assistentes Sociais dotados de competência técnica para produzir respostas críticas e qualificadas frente às requisições institucionais. Segundo Guerra (2018, p. 31), “O teoricismo é parte de uma apropriação idealista do real” e segue apontando que sob esta lógica, os conceitos são abstraídos de sua constituição ontológica, não captando as mediações estruturais.

Consideramos fundamental trazer uma associação entre a tendência ao teoricismo apontada por Guerra (2018) e a adesão formal de Assistentes Sociais à utilização do termo “expressões da questão social” para definir o objeto de intervenção da profissão. Neste caso, podemos supor com base em Pereira (2001), que a “questão social” se tornou um jargão profissional que vem sendo utilizado indiscriminadamente e desconstituído de suas determinações histórico-ontológicas. O caminho anunciado por Guerra (2018, p. 32) para fazer frente a este movimento está em “que os docentes demonstrem claramente os nexos internos, intrínsecos entre tais categorias ontológicas da sociedade burguesa e a existência da profissão”. Este caminho contribui ainda, segundo Guerra (2018), para qualificar as respostas profissionais para além dos “manuais” elaborados no âmbito das políticas sociais que, por possuírem a natureza conservadora que já sinalizamos, servem a objetivos estranhos aos do Projeto Ético-Político hegemonic na profissão.

Há ainda em Guerra (2018), reflexões sobre o tratamento da história na formação em Serviço Social, que pela própria lógica da periodização, pode ser abordada de uma forma etapista, em detrimento da concepção de história a partir do materialismo histórico-dialético. Por meio desta última:

A história da sociedade é mobilizada pelas classes sociais. A luta de classes como motor da história põe e repõe a necessidade da profissão e os dilemas nos quais atua. Seguramente, não se explica a profissão nem muitas de suas características sem a problematização do projeto de modernização conservadora, de sua cultura política autoritária, corporativa e de suas instituições. A heteronomia e as práticas antidemocráticas são marcas de uma sociedade na qual se valoriza as práticas de favor, o clientelismo, os casuismos, os fisiologismos. É preciso entender como essas práticas da nossa cultura atravessam e entrecem o Estado, caracterizado pelo seu patrimonialismo, e as instituições que o representam; como as políticas sociais são criadas na lógica da coerção e da busca do consenso identificando as requisições institucionais daí derivadas; como a profissão vem reagindo e resistindo a essas investidas na conformação do seu modo de ser e de responder à realidade (Guerra, 2018, p. 35).

Desta forma, a autora coloca que a concepção de história como processo de avanços e retrocessos torna possível compreender que o conservadorismo, que marca o surgimento da profissão, não é algo superado, mas que se reatualiza e se refuncionaliza sob novas roupagens (Guerra, 2018). Aqui podemos citar como exemplo: a visão higienista criticada por Gonçalves (2018), que ainda ressoa no cotidiano de Assistentes Sociais ao atuar junto à população negra, pobre e periférica; a adesão de parcela da categoria, sob a influência das políticas sociais (em especial a de Assistência Social), ao debate francês da “questão social”, que tem na integração e na coesão social a resposta para o fenômeno, culminando na incorporação ao discurso profissional dos conceitos de risco, vulnerabilidade social e fortalecimento de vínculos sem a devida problematização de qual campo teórico denotam e a qual projeto de sociedade fortalecem.

Considerações Finais

No decorrer deste trabalho nos propusemos a olhar para a “questão social”, sua natureza, determinações histórico-nacionais, disputas teóricas e sua relação com o Serviço Social mediatizada pelas políticas sociais. Essas são apenas algumas de suas facetas. Independente de compreender se a “questão social” trata-se do objeto de intervenção do Serviço Social, ou de seu fundamento, ou ainda do interesse teórico-científico da profissão, o que se apresenta como inequívoco é que este fenômeno e todo o processo que ele desencadeia numa fase específica do capitalismo criam a necessidade e, por isso, a condição para a existência do Serviço Social. Essa relação só é clarificada pelas lentes da teoria social marxista.

Concordamos com Guerra (2004, p. 27) ainda quanto a sua abordagem histórico-ontológica dos fundamentos do Serviço Social. Para a autora, os fundamentos versam sobre o que funda a profissão. Afirma que “a concepção dialética da história entendida como um processo de continuidades e rupturas tem uma substância, um núcleo, que permanece”. Logo, podemos depreender que a base de justificativa para o surgimento da profissão e seu desenvolvimento permanece a mesma ao longo dos anos – a “questão social” e todo o processo político que o fenômeno desencadeia no estágio monopolista do capitalismo, que exige respostas via políticas sociais estatais.

Entretanto, é necessário captar as mediações particulares de como a “questão social” se desenvolveu na realidade brasileira, quais as características da nossa formação social lhe oferecem diferentes contornos, como o Estado a responde via políticas sociais e como Assistentes Sociais se inserem no bojo dessas respostas. Questões que obviamente se alteram com as transformações vivenciadas pelo capitalismo, nas ofensivas que produz para sua

conservação. Concordamos com Guerra (2018, p. 29) que a formação em Serviço Social deve “fornecer os fundamentos para uma intervenção qualificada que expresse os fundamentos nos quais se subsidia e que seja capaz de produzir conhecimentos relevantes do ponto de vista social, dentro de um projeto de ruptura”. Neste sentido, o esforço produzido aqui se deu no sentido de reunir elementos para reflexão sobre a “questão social” como ponto fulcral para o Serviço Social, que esperamos contribuir para suscitar ainda mais o debate.

Referências bibliográficas

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). *Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social* (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em: 31 out. 2024.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GONÇALVES, R. Quando a questão racial é o nó da questão social. *Revista Katálysis*. Florianópolis. v. 21. nº 3. p. 514-522. set./dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/JGPd8LQgf3yWcxfrRWwjtFN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 nov. 2024.
- GUERRA, Y. A Força Histórico-Ontológica e Crítico-Analítica dos Fundamentos. *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, n. 10, 2004.
- GUERRA, Y. Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional crítica. In: GUERRA et al. (Org.). *Serviço social e seus fundamentos: conhecimento e crítica*. p.25-46. Campinas: Papel Social, 2018.
- GUERRA, Y; BATISTA, A. A expressão “questão social” em questão: um debate necessário ao Serviço Social. *Revista Temporalis*. Ano 21, nº 42. p.173-187. jul/dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/36507/24533>. Acesso em: 31 de outubro de 2024.
- IAMAMOTO, M; CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41ª Ed. São Paulo: Cortez, 2014.
- IAMAMOTO, M. *Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital Financeiro, Trabalho e Questão Social*. 8ª Ed. São Paulo: Cortez, 2014.
- IANNI, O. A questão social. *Revista USP*. São Paulo. nº 3. p. 145-154. Setembro, Outubro e Novembro/1989.
- MARX, K; *O Capital: Crítica da Economia Política*. Livro I - O Processo de Acumulação do Capital. 3ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2023.
- NETTO, J. P. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- NETTO, J. P. Cinco Notas a Propósito da Questão Social. *Revista Temporalis*. Brasília, ano 2, nº3, p.41-50, jan./jul. 2001.
- PEREIRA, P. A. P. Questão Social, Serviço Social e Direitos de Cidadania. *Revista Temporalis*. Brasília, ano 2, nº3, p.41-50, jan./jul. 2001.
- ROSANVALLON, P. *A Nova Questão Social: Repensando o Estado Providência*. Brasília. Instituto Teotônio Vilela, 1998.

SANTOS, J. S. Particularidades da “questão social” no Brasil: Elementos para o debate. *Revista Temas e Matizes*. v. 9, n. 17, p.125–150. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/temasematizes/article/view/4707>. Acesso em: 23 nov. 2024.